

# **REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE GENÉTICA HUMANA DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA**

## **Preâmbulo**

A promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos é das tarefas prioritárias do Estado consignada no artº 81º da Constituição da República Portuguesa. Medidas com tal objectivo afiguram-se mais necessárias nas Regiões Autónomas atentas à ultraperiferia que tem impedido tantas vezes a descentralização de serviços fundamentais, designadamente na área sensível da saúde pública. Neste contexto é também função da Universidade da Madeira prestar serviços à comunidade numa perspetiva de valorização recíproca, com especial atenção à Região onde se insere.

A investigação científica em genética na Universidade da Madeira, uma área inovadora e de primordial importância na Região, data já de há mais de 20 anos. O trabalho desenvolvido até ao momento é reconhecido nacional e internacionalmente, demonstrado pela produção científica em revistas de renome mundial e pela colaboração com laboratórios nacionais e europeus de referência. A investigação realizada no Laboratório de Genética Humana tem sido o suporte da prestação de serviços que vem a desenvolver e a acrescentar ao longo dos anos. Neste contexto, são realizados testes de análise de DNA para o diagnóstico de mutações associadas a doenças e infertilidade, identificação de perfis genéticos, análise e deteção de anomalias cromossómicas no diagnóstico pré-natal e pós-natal.

O desempenho técnico do Laboratório de Genética Humana pauta-se hoje por elevados padrões de controlo de qualidade e melhoria contínua, implementando serviços de vanguarda com metodologias recentes, para além do compromisso com a formação académica a vários níveis e a formação contínua de profissionais de outras instituições, a nível técnico-científico. No contexto da Região Autónoma da Madeira revela-se essencial a existência de uma entidade com valências no âmbito da Citogenética e da Biologia Molecular.

Neste âmbito e atendendo ao interesse reiteradamente demonstrado pelo Governo Regional em aprofundar a parceria com a Universidade da Madeira, nomeadamente ao nível da execução de diversos serviços na área do diagnóstico em Citogenética e Biologia Molecular, bem como noutras áreas, entretanto, cobertas por protocolos já subscritos com o Serviço Regional de Saúde E.P.E., bem como com o Instituto Nacional de Medicina Legal, torna-se necessário enquadrar este serviço formalmente na Universidade da Madeira. Tendo em conta o *“Regulamento dos projetos de formação, investigação e prestação de serviços da Universidade da Madeira”* aprovado em Conselho Geral do dia 17 de junho de 2016, nomeadamente o seu artigo 14º (que regulamenta as Unidades de Prestação de Serviços) bem como o artigo 15º, nomeadamente o seu ponto 2 alínea a) que reconhece o Laboratório de Genética Humana como Projeto Estratégico da Universidade da Madeira, é aprovado o seguinte regulamento desta Unidade.

## **ART. 1º Objecto**

O LABORATÓRIO DE GENÉTICA HUMANA adiante designado por LGH constitui-se como Projeto Estratégico da Universidade da Madeira de acordo com o artigo 15º da secção V do *“Regulamento dos projetos de formação, investigação e prestação de serviços da Universidade da Madeira”*, vocacionado para a investigação e prestação de serviços na área da Genética, de acordo com o artigo 50º dos Estatutos da Universidade da Madeira, tendo os seguintes objectivos:

- a) Prestar serviços no âmbito de exames laboratoriais em Genética.

- b) Desenvolver serviços de vanguarda e inovadores, acompanhando a constante evolução biotecnológica e do conhecimento na área da Genética.
- c) Colaborar em atividades de Formação Pós-Graduada.
- d) O LGH deve, se solicitado a tal, cooperar com as unidades orgânicas da Universidade da Madeira no sentido de apoiar dentro das suas possibilidades, acções de formação e pedagógicas, no âmbito dos curricula em vigor.
- e) Promover, realizar e coordenar actividades de Investigação e Desenvolvimento científico.
- f) Promover e participar em actividades e projectos de divulgação da Genética ao público em geral.
- g) Colaborar com Sociedades, Ordens, e Associações Científicas e demais organizações na área da Genética.

## **ART. 2º**

### **Âmbito**

1. O LGH exerce as suas atividades a nível regional, nacional e internacional, estabelecendo parcerias de prestação de serviços com entidades e órgãos de assistência de ministérios, instituições e/ou entidades nacionais e estrangeiras mediante prévio acordo e após autorização do Reitor, regendo-se em concordância com os protocolos estabelecidos.
2. As relações entre o LGH e a Secretaria Regional com a tutela da Saúde regem-se pelos acordos celebrados entre a Universidade da Madeira e essa Secretaria.
3. As relações entre o LGH e o Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) regem-se por acordo celebrado entre a Universidade da Madeira e o INML.

## **I**

### **DOS RECURSOS**

#### **ART. 3º**

#### **Recursos financeiros**

Os recursos para o funcionamento do LGH provirão de:

- a) Dotações orçamentais;
- b) Doações;
- c) Financiamentos de quaisquer entidades públicas ou privadas;
- d) Recursos próprios resultantes da prestação de serviços.

#### **ART. 4º**

#### **Recursos humanos**

1. O recrutamento de recursos humanos para o LGH é da responsabilidade da Universidade da Madeira.
2. As formas de recrutamento e seleção de pessoal para o LGH obedecem ao estabelecido para a contratação de pessoal docente e não docente para a Administração Pública.
3. Pode ainda o LGH proceder à contratação de Bolseiros, ao abrigo do Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade da Madeira.

4. O LGH deve promover pelos meios adequados a formação e valorização profissional e cultural do pessoal que nele exerça a sua actividade.

## **II**

### **DOS MEMBROS**

#### **ART. 5º** **Membros**

- 1 - São membros efetivos do LGH:
  - a) Diretor do LGH;
  - b) Todos os docentes, funcionários e bolseiros de investigação, que estejam afetos a 100% ao LGH;
  - c) Docentes, funcionários e bolseiros de investigação a tempo parcial, após aprovação do Reitor.
- 2 - São membros participantes do LGH:
  - a) Os que venham, a critério do Conselho Científico, participar dos trabalhos do LGH.

## **III**

### **DA CONSTITUIÇÃO**

#### **ART. 6º** **Órgãos**

Constituem obrigatoriamente órgãos do LGH:

- a) Conselho Científico
- b) Diretor
- c) Conselho Técnico

#### **ART. 7º** **Do Conselho Científico**

1. O Conselho Científico é constituído por todos os membros efetivos que estejam habilitados com o grau de doutor ou equivalente.
2. O Director do LGH é, por inerência, o Presidente do Conselho Científico.
3. Cabe ao Presidente do Conselho Científico:
  - a) Convocar e presidir às sessões, dispondo de voto de qualidade;
  - b) Distribuir e organizar os trabalhos, determinando a agenda e o local das reuniões;
  - c) Coordenar a sua intervenção com as actividades executivas;
  - d) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo órgão.

#### **ART. 8º** **Competências do Conselho Científico**

1. Compete ao Conselho Científico:
  - a) Aprovar programas de pesquisa e desenvolvimento de interesse comum que se processarão no âmbito do LGH;

- b) Aprovar planos anuais de trabalho, relatórios financeiros e de actividades de suas áreas administrativas;
- c) Propor ao Reitor a admissão de novos membros;
- d) Aprovar a formação de grupos "*ad hoc*" para a elaboração de actividades específicas de interesse do LGH;
- e) Elaborar o seu Regulamento Interno;
- f) Aprovar o orçamento anual;
- g) Aprovar a política de aplicação dos recursos do LGH.
- h) Atribuir a condição de membro participante;
- i) Propor ao Conselho Geral qualquer alteração ao Regulamento;
- j) Propor ao Reitor a nomeação do Diretor do LGH.

### **ART. 9º** **Do Diretor**

1. O Diretor terá de ser obrigatoriamente um doutorado com formação específica em genética médica laboratorial oficialmente reconhecida ou um detentor do título de Especialista inscrito no Colégio de Biologia Humana e Saúde da Ordem dos Biólogos, ou Especialista em Genética Médica inscrito na Ordem dos Médicos ou ainda Especialista em Genética Clínica Laboratorial inscrito na Ordem dos Farmacêuticos.
2. O Diretor poderá vir a ser coadjuvado por um vice-diretor por si nomeado, de entre os membros do Conselho Científico.
3. Compete ao Diretor do LGH:
  - a) Administrar, dirigir e gerir o LGH, podendo delegar competência executiva no vice-director;
  - b) Preparar e submeter ao Conselho Científico, relatórios, planos, orçamentos, balanços anuais, assim como planos directores;
  - c) Organizar os serviços do LGH e definir as obrigações e direitos do pessoal;
  - d) Promover a canalização de recursos humanos, financeiros e técnicos, e dotar o LGH dos materiais necessários ao desenvolvimento das suas actividades;
  - e) Controlar a aplicação e promover a comprovação dos recursos recebidos pelas entidades executoras, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho Científico;
  - f) Responsabilizar-se pela gestão, supervisão da correta execução das actividades propostas e cumprimento das normativas legais aplicáveis;
  - g) Elaborar os documentos relativos à atividade do LGH, que sejam devidos, e prestará, em tempo útil, todos os esclarecimentos solicitados pelos órgãos da Universidade;
  - h) Enviar, anualmente, ao Conselho Geral e ao Conselho de Gestão o relatório de actividades e de execução financeira do ano económico civil anterior, assim como o plano de actividades para o ano civil em curso, acompanhado da respetiva proposta de orçamento, bem como uma listagem atualizada dos recursos afetos à unidade.
4. O Diretor é substituído pelo Vice-diretor nas suas faltas e impedimentos.

### **ART. 10º** **Do Conselho Técnico**

1. O Conselho Técnico é um órgão presidido pelo Diretor do Laboratório e constituído por este, pelo Vice-diretor e pelos coordenadores das unidades.
2. O Conselho Técnico destina-se a coordenar na prática o serviço do Laboratório bem como a avaliar a sua gestão diária.

#### **IV – DA ORGANIZAÇÃO INTERNA**

##### **ART. 11º**

##### **Unidades internas**

O LGH é composto por duas unidades laboratoriais: Citogenética e Genética Molecular podendo vir a ser criadas outras que se revelem necessárias, por decisão do Conselho Científico.

##### **ART. 12º**

##### **Coordenação das unidades**

A coordenação das unidades do LGH, quando tal se justificar, será feita por um Coordenador, para isso designado pelo Director do LGH, obtida a prévia aprovação do Conselho Científico.

##### **ART. 13º**

##### **Competências do Coordenador**

Compete ao Coordenador:

- a) Assegurar a execução dos planos aprovados, assinalar os desvios e sugerir as acções correctivas que entender necessárias para seu integral cumprimento.
- b) Verificar a necessidade de melhorar o conhecimento do pessoal do LGH e dinamizar a actualização das técnicas utilizadas, promovendo por si, ou propondo aos órgãos competentes, as iniciativas aconselháveis para valorização e aperfeiçoamento contínuo do pessoal.
- c) Colaborar na criação de condições necessárias ao trabalho de investigação, à participação no ensino e à implantação de hábitos de trabalho em equipa.
- d) Promover, periodicamente, reuniões de trabalho, propor temas e apresentar trabalhos nessas reuniões.
- e) Organizar e propor o plano anual de férias do pessoal do LGH.
- f) Exercer outras funções que lhe sejam atribuídas pelo Diretor.

##### **ART. 14º**

##### **Disposições Finais**

1. O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.
2. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento são resolvidos por deliberação conjunta do Reitor e do presidente do Conselho Geral.

## Organigrama do LGH

